

## SITUAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO CEARENSE NO SEGUNDO MANDATO GOVERNAMENTAL DE CAMILO SANTANA

Vilma Maria Freire dos Anjos<sup>1</sup>  
Manuel Bandeira dos Santos Neto<sup>2</sup>

**RESUMO:** Os dados históricos da economia nacional apresentam que o Estado do Ceará vivenciou duas crises econômicas nos últimos dez anos. Iniciada em 2014, com quedas consecutivas do PIB nacional, e em 2020, com a crise de saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19, o estado necessitou reestruturar os planos econômicos e se sobressair diante das dificuldades voltadas à economia, em especial o desemprego. À luz dessa realidade concreta, este artigo tem como objetivo analisar os indicadores do mercado de trabalho cearense no último mandato do ex-governador do Estado, Camilo Santana. Centrar-se no último mandato está baseada na necessidade de otimizar o espaço da pesquisa, uma vez que os indicadores observados em decorrência da COVID-19 apresentam fatos contundentes no desenvolvimento dos cidadãos cearenses. Para tal, essa pesquisa mista, tanto analítica quanto descritiva, é organizada de acordo com os dados divulgados pelos órgãos públicos do estado, baseando-se em fontes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Conclui-se que as ações governamentais que visavam o combate da propagação do vírus, bem como os efeitos sociais utilizados com a distribuição de renda e as estratégias econômicas reagiram contra os impactos drásticos decorrentes da paralisação nacional. Com essas medidas, o estado obteve tempo para elaborar estratégias capazes de realizar a reabertura do mercado de forma segura e eficaz, além de restringir os impactos negativos decorrentes do ápice pandêmico, maior período do segundo mandato do ex-governador.

**Palavras-Chave:** Mercado de trabalho; COVID-19; Desemprego; Ceará.

**ABSTRACT:** Historical data from the national economy show that Brazil's state of Ceará has experienced two economic crises in the past ten years, the first of which began in 2014, with consecutive drops in the national GDP, and the second in 2020, due to the public health crisis resulting from the COVID-19 pandemic. As a result, the state had to restructure its economic plans and overcome both old and new difficulties, particularly regarding unemployment. In light of such concrete reality, this article aims to analyze the indicators of Ceará's labor market during the last term of former governor Camilo Santana. Focusing on the last term is based on the need to optimize the research space, given that the indicators observed as a result of COVID-19 present compelling facts concerning the development of the citizens of Ceará. To do so, this mixed—both analytical and descriptive—research is organized according to data released by the state's public agencies, based on sources from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The conclusion is that the government's actions aimed at combating the spread of the virus, as well as the social effects of income distribution and other economic strategies, were effective in mitigating the drastic impacts resulting from the national

---

<sup>1</sup> Servidora Pública do Estado do Ceará, Graduada em Administração (UVA), Especialista em Gestão Pública (FIC), MBA em Gestão e Governança Pública (UNIPACE) e Mestranda em Políticas Públicas (FIC). E-mail: [vilma\\_freire@hotmail.com](mailto:vilma_freire@hotmail.com).

<sup>2</sup> Professor na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Doutorado em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: [prof.manuelbandeira@gmail.com](mailto:prof.manuelbandeira@gmail.com).

shutdown. With these measures, the state had time to develop strategies capable of safely and effectively reopening the market, in addition to restricting the negative impacts resulting from the peak of the pandemic, which was the longest period within the former governor's second term.

**KEYWORDS:** Labor market; COVID-19; Unemployment; Ceará.

## 1 INTRODUÇÃO

O Estado do Ceará passou por grandes transformações econômicas no início do século. O desenvolvimento da infraestrutura cearense e o aprimoramento dos setores públicos atraíram olhares para o Estado e contribuíram para o realce da importância econômica que a região apresentaria para o país. Apesar disso, o Estado não esteve alheio às situações que atrasassem o seu progresso, como crises hídricas, uma vez que o estado se encontra em uma região geográfica que contribuiu para esse fator, e mudanças econômicas no âmbito nacional.

Sobre as mudanças econômicas, em 2014 o Brasil entrou em uma crise econômica apenas foi sentida nos anos seguintes, com a consecutiva queda do Produto Interno (Doravante, PIB) para 3,5% e 3,3% em 2015 e 2016, respectivamente. Consoante Filho (2017, p. 8), este período foi marcado por “uma série de choques de oferta e demanda, na maior parte ocasionados por erros de políticas públicas que reduziram a capacidade de crescimento da economia brasileira e geraram um custo fiscal elevado”.

Após isso, a saída da recessão passou a depender da recuperação urgente das atividades econômicas, efeito alcançado com êxito pelo Estado que a partir de 2017 passou a vivenciar elevadas taxas de melhorias no mercado de trabalho e a diminuição da taxa de desemprego. Tal recuperação foi tão nítida, que o governador da época, Camilo Santana, foi reeleito em primeiro turno com mais de 79% dos votos válidos nas eleições de 2018.

Entretanto, com o advento da COVID-19, termo popular da doença infecciosa identificada como síndrome respiratória aguda grave coronavírus 2 (SARS-CoV-2), o mundo passou a vivenciar realidades de crises em diversas esferas da vida humana, com ressaltos primordiais nas áreas da saúde e das questões econômicas. Essa realidade culminou em um sinal de alerta ao se deparar com conflitos e confrontos no que tange às ações de prevenção à doença e a continuidade de uma normalidade interrompida.

A proliferação da COVID-19 no Brasil foi marcada por ações governamentais que instruíam o combate da nova, e até então desconhecida, síndrome que agrava, em pouco tempo, a saúde dos infectados. No território brasileiro, a crise derivada do agravamento da pandemia

patenteou os problemas sociais de um Governo Federal não preparado a atender e entender a realidade de um país com expansão continental, principalmente ao contribuir com ideias conspiratórias voltadas ao negacionismo e ataque aos diversos setores que buscavam, além de informar – como a área jornalística, desacreditada e atacada –, entender e combater o vírus, como os Institutos Educacionais de Níveis Superiores e Centros de Pesquisas, que sofreram cortes orçamentários enquanto pesquisavam, intensivamente, uma possível cura.

Neste contexto geopolítico, as ações Estaduais passaram, em grande maioria, a contrariarem o Governo Federal e suas insistências a métodos não científicos, como Imunidade de Rebanho e tratamentos com fármacos que não possuíam credibilidade mundial diante do contexto ocasionado pela COVID-19. Estas ações contribuíram com rupturas de apoiadores do, na época, presidente Jair Messias Bolsonaro, que passou a disseminar ataques públicos a quem o contrariava e desacreditava da sua incapacidade de gerir uma crise de tamanha importância.

Como estratégia científica, na região Nordeste foi instaurado por meio da Resolução N° 05/2020, de 31 de março de 2020, o Comitê Científico do Combate ao Coronavírus (C4), por iniciativa do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste - Consórcio Nordeste, criado em 2019 após divergências do então, na época, presidente Jair Messias Bolsonaro e os governadores dos estados nordestinos (LEITE, 2022). O propósito primordial da iniciativa do Consórcio foi de contribuir com medidas que visassem a prevenção e controle da doença, o que apresentou, em um futuro próximo, o êxito dos estados nordestinos no combate à pandemia.

Entretanto, os governadores enfrentaram grandes desafios desenrolados na novilha pandêmica. Todas as esferas estaduais sofreram grandes impactos e reestruturações nas medidas emergenciais foram impostas constantemente para a redução de danos às questões econômicas e o fortalecimento do mercado de trabalho.

Apesar da recuperação gradativa da econômica, o ano de 2020 pôs em contraponto os planos e estratégias de avanços ao impor como medidas protetivas o isolamento social e o fechamento de pontos não essenciais para o desenvolvimento da sociedade. Com os polos alimentícios, farmacêuticos e pontos voltados para a saúde em grande funcionamento ao decorrer do processo de *lockdown*, o mercado de trabalho foi impactado com a impossibilidade de avanços no decorrer do ápice pandêmico.

À vista dessa apresentação histórica trivial para se compreender o contexto a ser discutido, para a escrita do presente texto optamos por se delimitar na esfera econômica no Estado do Ceará. Ao delimitarmos tal região, temos como indagação norteadora que move este texto questionar: Quais os procedimentos adotados para recuperação de trabalhos e a

diminuição do desemprego no estado? Assim, ao respondermos tal questão, nosso objetivo geral é entender como o Governo do Estado do Ceará conseguiu desenvolver o Mercado de Trabalho no período da última gestão do ex-governador Camilo Santana.

O Ceará foi um dos primeiros estados brasileiros a tomar as medidas contra propagação da COVID-19 com antecedência, o que é visto por Lima (2021) como possível causa pela amenização dos efeitos negativos em relação ao contexto nacional. Para argumentar sua tese, Lima (2021) recorre ao Instituto de Pesquisa e Estratégias Econômicas do Ceará (Doravante, IPECE) e constata que a projeção do Instituto foi uma queda de 3,56% do PIB cearense, enquanto no plano nacional a queda chegou a aproximadamente 4% (LIMA, 2021, p.14).

Esses valores apresentados, mesmo que previamente nesta breve introdução, podem supor que as estratégias utilizadas pelo Governo do Estado do Ceará foram tecnicamente estudadas e difundidas com base na ciência e na pesquisa, o que contribuiu para recuperação econômica pela segunda vez consecutiva - crise de 2014 e crise sanitária de 2020. Este ponto está centrado, por exemplo, nas medidas de transparência dos estudos científicos elaborados pelo IPECE como estratégia de facilitação ao acesso de informações.

À vista do apresentado, por tratar-se do período pandêmico as análises aqui apresentadas são frutos do segundo mandato do ex-governador do estado, Camilo Sobreira de Santana. O Estado do Ceará esteve sob governo de Santana entre os anos de 2015 a 2022, quando o próprio renunciou em abril do devido ano com o intuito de garantir uma vaga no Senado Federal, mérito conquistado com seus expressivos votos nas eleições. Após a renúncia do então pré-candidato ao senado, o poder executivo passou a ser administrado pela ex-governadora, na época sua vice, Izolda Cela, que deu continuidade e aprimoramento aos projetos do governo anterior.

Com relação a organização do material, além dessas considerações iniciais apresentamos um tópico referente a economia do Ceará antes da pandemia, sendo seguido pela seção metodológica e as análises dos dados obtidos sobre o mercado de trabalho. Por fim, no último tópico encerramos com as considerações finais.

## **2 A ECONOMIA DO CEARÁ NO PERÍODO PRÉ-PANDEMIA**

A base para a compreensão do contexto real e concreto da atualidade é, nos estudos gerais, baseado no olhar histórico dos fatos que corroboraram com as situações presentes. Dito de outra maneira, para discorrer sobre o mercado de trabalho no Estado do Ceará no último mandato de Santana, é pertinente o conhecimento básico da economia da região e os

acontecimentos sociais que acarretaram o desenvolvimento, ou não, da sociedade cearense. Propomos neste tópico apresentar um breve panorama dos eventos ligados à economia no que diz respeito a como o Ceará estava no início da última gestão do ex-gestor.

Apesar do nosso foco estar limitado a uma gestão, Santana assumiu o seu primeiro mandato, em 2015, no meio de uma crise econômica sentida com a queda consecutiva do PIB nacional (LIMA, 2021). Entretanto, o Estado do Ceará apresentava, em seu progresso, um notável e significativo crescimento advindo do início do novo século. Com o alto índice de investimentos públicos e enfoque no mercado interno, a aplicação de recursos Federais e Estaduais nos setores de infraestrutura, principalmente a partir de 2007 durante o Governo de Cid Gomes, movimentou as vivências sociais dos cearenses ao focar em estratégias básicas que movimentam toda a esfera do Estado, como melhorias de transportes rodoviários, portuários e aeroportuários (TROMPIERI NETO *et al.*, 2019).

Essas ações auxiliaram a ampliação do setor turístico, que através do comércio e distribuição de serviços, ampliaram as perspectivas de força de trabalho da população. É imprescindível reforçar que o desenvolvimento social em ações que visam a melhoria e qualidade de vida no Estado é um fator de reconhecimento nacional, como as ações educacionais, ao título de exemplo, que tornou-se fruto de relevantes aprovações no âmbito nacional e internacional, principalmente ao compreenderem as escolas profissionalizantes como ponto chave de avanço e preparo profissional, além de todo o suporte e aprimoramento no ensino integral.

Com a melhoria dos diferentes setores, como saúde, educação, segurança, meio ambiente, etc., a movimentação econômica do Estado reforça a melhoria do estado diante do ranking nacional. Como destacam Analistas de Políticas Públicas do IPECE,

Todo esse avanço é decorrente, em grande parte, do equilíbrio fiscal permanente, o que permitiu ao Estado aplicar grandes quantidades em despesas de investimento, seja com recursos próprios ou com recursos advindo de operações de crédito nacionais e internacionais, elevando a competitividade da economia cearense, e estimulando, dessa forma, os investimentos privados nos diversos setores produtivos do Estado (TROMPIERI NETO *et al.*, 2019, p.263-264).

Com base nesses desenvolvimentos, o Ceará passou a ter recursos e experiências no combate aos imprevistos ocorridos na balança macroeconômica, mesmo que a recuperação seja obtida de modo lento. Tal situação pode ser percebida com o aumento da informalidade no mercado de trabalho cearense, que, após a crise de 2014 passou a subir consideravelmente,

obtendo maiores danos em decorrência da crise de saúde instituída pela COVID-19, como veremos mais à frente.

Tendo em consideração tais elementos discorridos, o mercado de trabalho funciona como o espelho que reflete a realidade econômica do Estado, seus reflexos sociais e segurança de vida decente ao povo cearense. Com o intuito de fortalecer a análise proposta neste artigo, partimos para o tópico metodológico em que há de ser compreendido a organização para execução do presente trabalho.

### **3 METODOLOGIAS**

Foi realizada uma pesquisa mista, descritiva e analítica, no que diz respeito ao mercado de trabalho do Estado do Ceará durante o segundo mandato do ex-governador Camilo Santana. Faz-se necessário salientar que o nosso objetivo não está centrado no êxito, ou não, da gestão coordenada por Santana, mas, sim, entender o desenvolvimento do Ceará diante da maior crise de saúde pública do século.

Para tal, analisamos os indicadores do mercado de trabalho do Estado, bem como as ações econômicas e sociais que o Governo propôs para gerenciar a crise. Ao atentarmos para o movimento no mercado, podemos chegar a um ponto de análise que vise atenuar o impacto econômico na vida dos cearenses.

O Estado do Ceará é o quarto maior do Nordeste, possuindo 184 municípios e 20 Microrregiões Administrativas. De acordo com o IBGE, a população estimada na região era de 9.240.580 habitantes. Assim, é evidente o importante papel que o Estado desempenha no âmbito nacional. Entre indústrias, agropecuária, comércio e serviços, a região cearense é referência em diversos pontos que movimentam a catraca econômica do Brasil.

Estas questões estão centradas, além do desenvolvimento de seus setores, no progresso que impacta a vida dos cearenses, como educação de qualidade que possui reconhecimento nacional e internacional, além de turismo, cultura e sustentabilidade ambiental. Esses fatores influenciam o rendimento e melhoria da qualidade de vida da população e refletem no mercado de trabalho cada vez mais profissionais capacitados e treinados para o desenvolvimento econômico.

Os dados utilizados foram obtidos através das páginas oficiais do Governo do Estado do Ceará. Diante dos principais sites destacamos as primordiais páginas que foram de suma importância para a pesquisa elaborada, entre elas: 1) Ceará Transparente, em que se destaca a importância do acesso rápido e fácil do cidadão diante dos reais problemas e fatos

administrados pelo Governo; 2) Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho, principal recurso utilizado para compreendermos as ações do Governo diante da economia; 3) Secretaria do Planejamento e Gestão, em especial os estudos do IPECE.

O IPECE é uma autarquia ligada à secretaria citada anteriormente que gerencia estudos e pesquisas que apresentam ações estratégicas para o desenvolvimento do Estado. Assim, dentre as pesquisas desenvolvidas pelo Instituto, destacamos duas centradas na economia organizadas e elaboradas pela Diretoria de Estudos Econômicos (DIEC), a saber: 1) Termômetro do Mercado de Trabalho, que expõe a evolução dos indicadores do Mercado de Trabalho a partir dos dados da Pesquisa nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua/IBGE); e 2) Enfoque Econômico, que visa apresentar informações sobre as políticas econômicas adotadas pela gestão. Todos esses aportes técnicos foram de grande valia para a organização do objeto de estudos.

Para análise dos dados, foram elaborados cinco gráficos que seguem a mesma organização em comum ao apresentar os indicadores do primeiro trimestre de 2019, primeiro ano do segundo mandato do ex-governador Camilo Santana, ao primeiro trimestre de 2022, ano em que Santana renunciou ao cargo para concorrer a uma vaga no Senado. Uma vez que o ex-governador tenha renunciado oficialmente em abril do devido ano, o primeiro trimestre conservou-se ao governo do ex-gestor.

É importante apontar que os quatro primeiros gráficos correspondem ao mercado de trabalho cearense, divididos por: 1) taxa de participação dos cearenses; 2) o nível e a taxa de ocupação e desocupação, respectivamente; 3) a taxa composta da subutilização da força de trabalho; e, por fim, 4) a taxa de informalidade no Estado. Além desses fatores internos, o quinto e último gráfico apresenta a taxa de desocupação entre os nove estados da Região Nordeste, em que propõe-se observar o desempenho do Ceará entre os estados integrantes do Consórcio Nordeste. Para organização deste último elemento, recorreremos ao PNAD Contínua/IBGE.

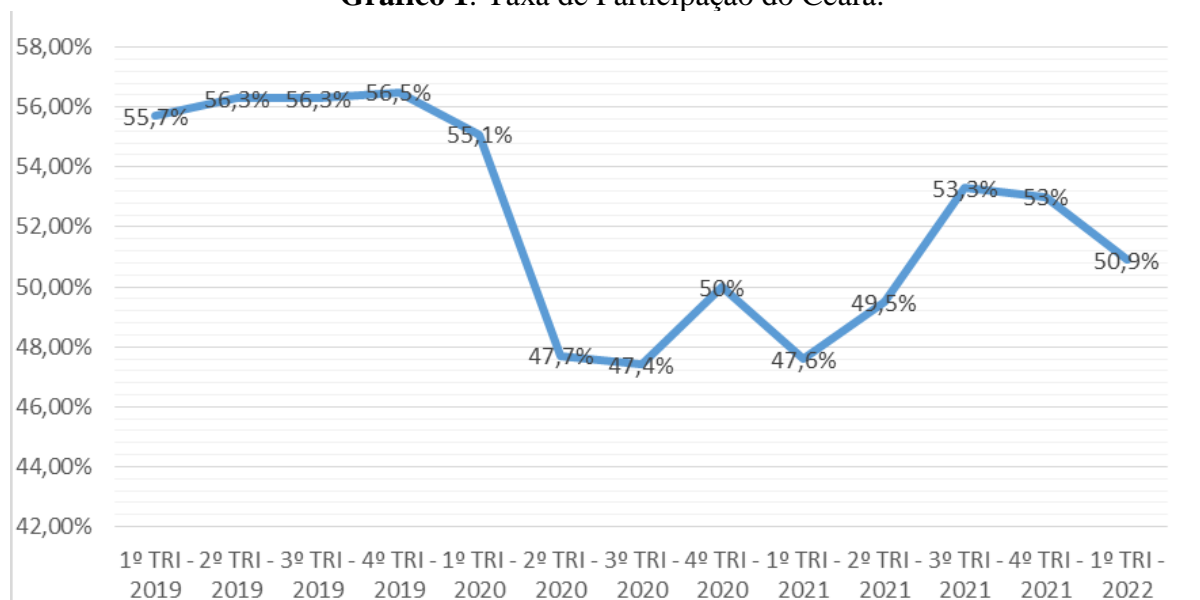
#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O primeiro gráfico a ser discutido tem relação com a taxa de participação. Para discutirmos sobre os futuros números indicados na organização do objeto de análise, selecionamos os indicativos do primeiro trimestre de 2019 ao primeiro trimestre de 2022, período que finaliza a gestão do antecessor de Izolda Cela.

Entende-se por Taxa de Participação a contagem da População em Idade Ativa (PIA) para o mercado de trabalho, ou seja, a relação de cearenses que estão aptos a trabalharem. Esses números medem a efetiva oferta de trabalho no Estado, seja para inseridos na Força de Trabalho ou para a População em Idade de Trabalhar, isto é, pessoas ocupadas e pessoas desocupadas (IPECE, 2019).

Desse modo, analisemos o **gráfico 1** para verificar a situação do Ceará nesses devidos registros.

**Gráfico 1:** Taxa de Participação do Ceará.



**Fonte:** Elaboração dos autores com base nos dados do PNAD Contínua/IBGE e IPECE, 2023.

Apesar de não conter no gráfico os dados referentes aos anos anteriores, haja vista não fazer parte do nosso objeto de estudo, é importante salientar dois valores importantes. No ano de 2016, ápice da crise iniciada com as consecutivas quedas do PIB na esfera nacional, a taxa de participação no primeiro trimestre do devido ano era de 52,9%, obtendo o crescimento de 54,5% e 55,9% nos primeiros trimestres de 2017 e 2018, respectivamente. Essa observação se faz necessária por apresentar no primeiro trimestre de 2019 o recuo de 0,2 pontos percentuais diante de um crescimento constante e em um período pré-pandemia.

De acordo com o IPECE (2019), algumas razões podem contribuir para este índice, inclusive para os futuros que serão analisados. O primeiro ponto é que os cearenses podem ter deixado a Força de Trabalho, o que se representa pelo recuo da taxa, por razões de benefícios sociais e/ou dedicação aos estudos e treinamentos profissionais.



Além disso, o Instituto ainda sugere que as taxas de participações podem ser influenciadas pelo bônus demográfico que pode contribuir para que a população em idade de trabalhar tenha ultrapassado a população geral. Ademais, os sujeitos desocupados desistem de buscarem empregos por encontrarem um mercado deprimido, e/ou membros do mesmo domicílio se inserem no mercado de trabalho para compensar a ausência financeira da desocupação do responsável domiciliar (IPECE, 2019, p. 6).

Os índices seguintes, do primeiro ao quarto trimestre de 2019, apresentam elevações tanto nos dados trimestrais, quanto em comparações anteriores de acordo com cada trimestre, isso é, caso comparado o segundo trimestre de 2018 com o segundo de 2019. Esses dados encontram o apogeu no quarto trimestre de 2019 ao ser considerado a máxima histórica no Ceará, como pode ser observado no gráfico os 56,5%.

Diante deste cenário, pode-se inferir que a recuperação econômica teve um significativo avanço no devido ano. Ao pegarmos os dados da força de trabalho no tocante ao quarto trimestre de 2018 ao fim de 2019, a força de trabalho se desenvolveu em 2,40%, o que representa 98.000 pessoas que tiveram suas inserções na Força de Trabalho (IPECE, 2020).

O crescimento foi satisfatório e as projeções para o ano de 2020 foram as melhores possíveis. De acordo com o Enfoque Econômico Nº 213, a expectativa para o crescimento da economia no Ceará era alta, ao ponto de não apenas acompanhar, mas, também, superar os valores esperados para o Brasil. Ainda que as expectativas fossem as melhores, haja vista o crescimento econômico desempenhado pelo Ceará nos últimos anos, o primeiro trimestre de 2020 surgiu com quebras de expectativas, deixando nítido o recuo na participação em 1,4 pontos percentuais.

Conquanto, os dados da COVID-19 já começaram a apresentar, desde então, que o fluxo da recuperação econômica do estado estaria comprometido diante das medidas a serem tomadas para o enfrentamento da pandemia. O Ceará, a respeito disso, foi um dos primeiros estados a tomarem atitudes no sentido de prevenir a propagação do vírus. Com o Decreto Nº 33.510, de 16 de março de 2020, o Estado passou a evidenciar a situação de emergência no tocante à saúde pública, dispondo das primeiras medidas alusivas ao enfrentamento. Logo depois, com o Decreto Nº 33.519, de 19 de março de 2020, ou seja, três (3) dias após a publicação do primeiro decreto, o Poder Executivo intensificou as medidas de enfrentamento à inflação ao suspender os funcionamentos de pontos não essenciais que pudessem gerar aglomerações.

Ora, já que tais medidas foram exercidas ainda no primeiro trimestre do ano, os indicativos certamente tenderiam a cair, como de fato ocorreu. Neste ponto, ainda perdura a

hipótese de recuo por fatores sazonais, uma vez que existe um leve recuo nas taxas nos primeiros trimestres de cada ano (comparando-se ao quarto trimestre do ano anterior).

Os dois trimestres seguintes seguiram em queda de 47,7% e 47,4%, respectivamente, como podemos observar no **gráfico 1**. É fundamental lembrar que estes períodos coincidem com a fase de isolamento social vivenciado nas terras cearenses. Com isso, a partir dos processos de reaberturas do comércio, a taxa de crescimento voltou a subir de forma considerável ao encerrar o ano de 2020 com 50%. Embora a taxa seja inferior aos dados anteriores (pré-pandemia), apresentou uma leve recuperação.

Assim, mesmo com as mudanças de expectativas que existiam para o ano de 2020, a economia do Ceará conseguiu se sobressair no primeiro ano de pandemia. Um dos fatores que contribuíram, certamente, para tal realidade está baseado nas ações de planejamento realizadas pelo estado. Ou seja, as ações que visavam enfrentar a Covid-19 obtiveram êxito para o desenvolvimento da economia e evitaram o agravamento da crise.

Corroboramos com analistas de políticas públicas do IPECE (2021) ao destacar que as medidas tomadas contra a propagação de estágio, como o isolamento social, e a elaboração de planos e reaberturas graduais das atividades econômicas foram fundamentais para o bom índice apresentado no final de 2020. Uma vez que tais dados apenas representam a eficácia de ações baseadas em pareceres técnicos e científicos, em contrapontos a ações negacionistas que assolavam o país.

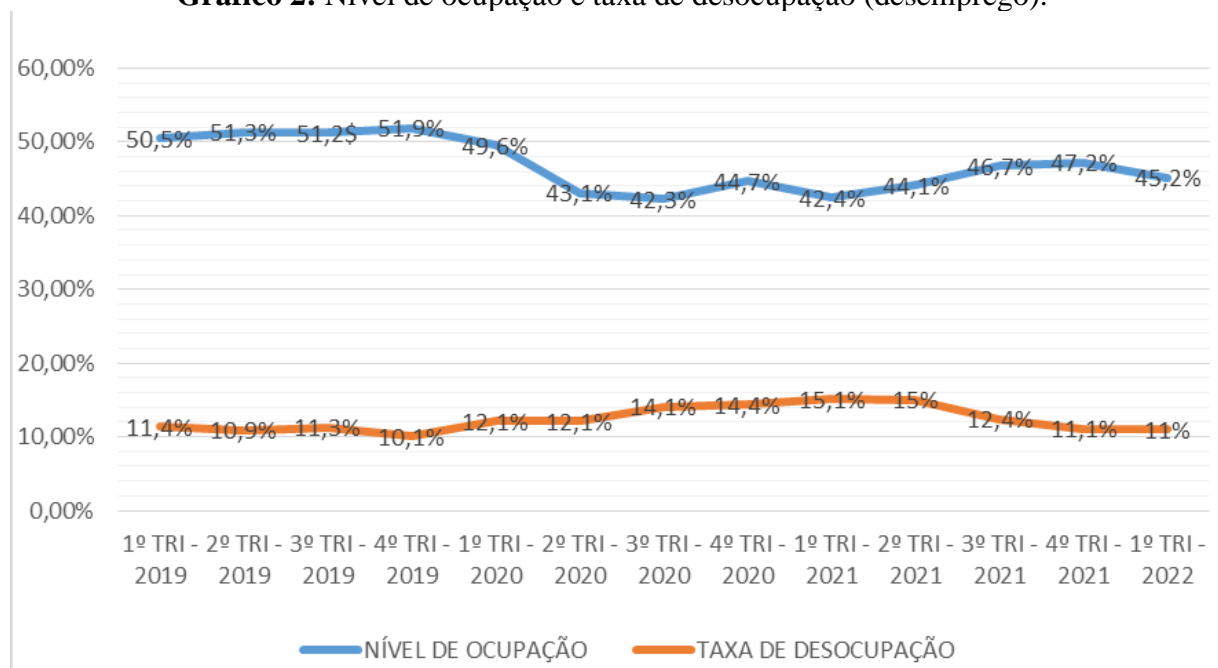
Segundo os trimestres posteriores, a taxa de participação voltou a recuar, desta vez 2,4 pontos percentuais no primeiro trimestre de 2021, sendo seguido nos trimestres posteriores com elevação constante, passando para 49,5% e 53,3% no segundo e terceiro trimestre, respectivamente. Entretanto, a partir do quarto trimestre de 2021 e o primeiro trimestre de 2022, as taxas de participação apresentaram quedas, recuando de 53,3%, no terceiro trimestre de 2021 para 53% no último trimestre do ano e 50,9% no primeiro trimestre de 2022.

Esses valores apresentados expõem que a crise da COVID-19 alterou o fluxo do desenvolvimento econômico do Estado, mas, por conta do enfrentamento à crise de acordo com a ciência e pareceres técnicos, o Ceará conseguiu frear altos índices de desastres sociais. Embora o ano de 2022 tenha iniciado com queda, o Governo de Santana conseguiu apresentar dados inferiores apenas no ápice da pandemia, em 2020, quando as taxas de participação chegaram na mínima de 47,4%.

Apresentados tais elementos, passamos à análise para o nível de ocupação e a taxa de desocupação nos trimestres referentes ao último mandato de Santana. O nível de ocupação é referente ao percentual de cidadãos que, em idade de trabalhar, estavam ocupados, isto é,

estavam a exercer algum trabalho na semana de referência. Enquanto isso, a taxa de desocupação representa a porcentagem de cidadãos que estão inseridos na força de trabalho, mas se encontravam desempregados na semana de referência.

**Gráfico 2:** Nível de ocupação e taxa de desocupação (desemprego).



**Fonte:** Elaboração dos autores com base nos dados do PNAD Contínua/IBGE e IPECE, 2023.

A porcentagem referente ao nível de ocupação no ano de 2019 representa um crescimento ao longo dos quatro trimestre, com exceção do terceiro trimestre, que apresentou um recuo de 0,1% ponto percentual. Essa realidade implica na recuperação econômica exercida pós-crise, o que dispõe de um Ceará regente. Embora as expectativas para 2020 fossem de contínuas melhorias, as medidas de prevenção à COVID-19 afetaram diretamente o nível de ocupação, realidade já esperada diante da calamidade pública que existia. Assim, a partir do ano de 2020 o nível seguiu com grande recuo, o fez chegar a -9,9% em relação ao fim de 2019 e o segundo terceiro trimestre de 2020.

Por efeitos sazonais, os índices referentes aos primeiros trimestres tendem a sofrer pequenos recuos, como aconteceu no primeiro trimestre de 2020, -2,3%, em comparação com o fim de 2019. Entretanto, a partir do segundo trimestre de 2020 o Ceará já enfrentava o *lockdown* e o mercado fechado, salvo exceção para os estabelecimentos essenciais. Após o considerável aumento no 4º trimestre de 2020 e o recuo no primeiro trimestre de 2021, as taxas seguiram crescendo durante todos os 4 trimestres.

Alguns fatores podem ser considerados para entender os motivos que não fizeram o nível de ocupação subir com tamanha intensidade, uma vez que o plano de reabertura dos comércios estava em pleno vigor e a vacinação passou a ser uma realidade no âmbito da saúde. Acredita-se que a indisponibilidade, principalmente por pessoas do grupo de risco, e o medo diante do vírus tenham sido um dos principais motivos. Além, é claro, do afastamento da força de trabalho daqueles que recorreram para o desenvolvimento educacional e/ou tecnológico durante o período da pandemia, principalmente ao levar em consideração o alto reconhecimento do Ceará no requisito educação de qualidade.

De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o Ceará gerou 81.460 vagas de empregos formais no ano de 2021. O ano foi repleto de ações e investimentos que buscaram, com sucesso, a reduzir os índices negativos para economia cearense, como, a título de exemplo, o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado (Ceará Crede), o que corresponde, consideravelmente, à recuperação dos índices apresentados no **gráfico 2**.

No que diz respeito à taxa de desocupação, percebe-se que o Ceará encerrou o ano de 2019 com a mínima de 10,1%. Com o progresso das ações contra a crise sanitária, o Estado alcançou o ápice de desocupação nos dois primeiros trimestres de 2021, revelando-se as porcentagens de 15,1% e 15%. Embora esses dados sejam altos, principalmente quando comparado ao 4º trimestre de 2019, o Ceará esteve em melhores posições nas menores taxas de desocupação, como pode ser visto no **gráfico 5**.

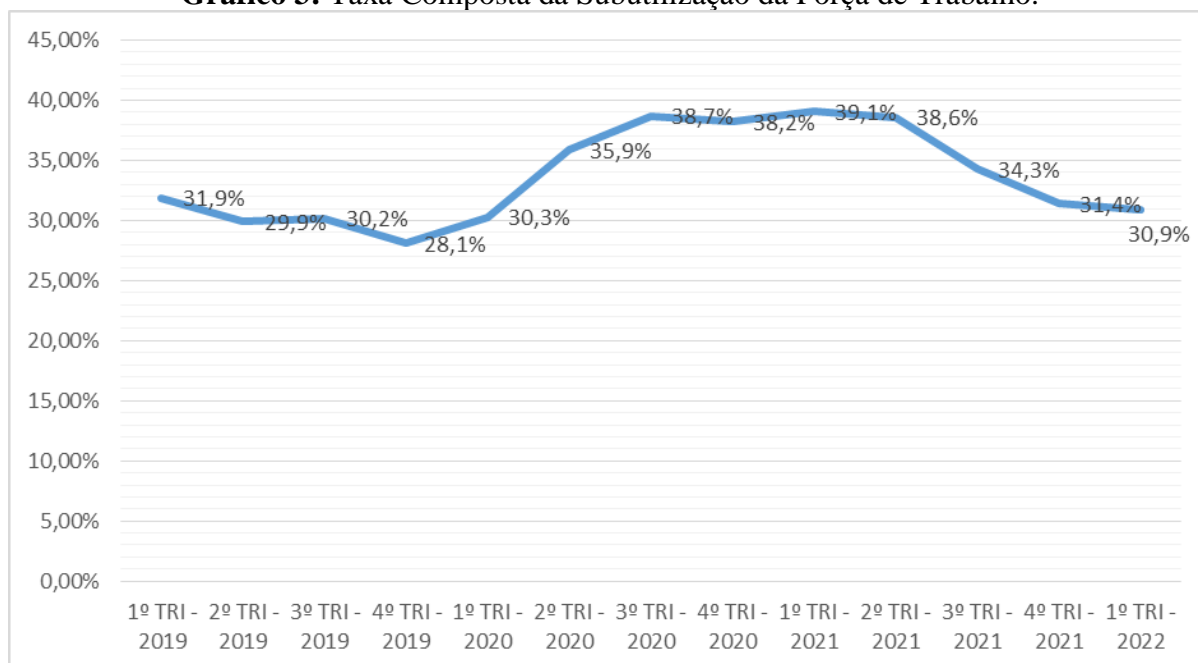
Outro ponto importante a ser averiguado é que durante os dois primeiros trimestres de 2020 os índices não sofreram alterações, com 12,1% cada. Esses controles podem ser entendidos como as ações iniciais tomadas no período de iniciação de isolamento social, com férias sendo antecipadas e a elaboração de medidas cabíveis para o trabalho remoto. Por fim, os dados indicam o êxito da recuperação do Ceará, tanto no tocante à disponibilidade de novos empreendimentos trabalhistas quanto à redução gradativa da taxa de desocupação.

O índice que encerra os 7 anos de Camilo Santana no poder apresenta, como observado no gráfico, o terceiro melhor valor dos últimos 13 semestres, estando atrás apenas do quarto e segundo trimestre de 2019. Os 11% representam, no total, 3,6 milhões de cearenses fora da força de trabalho (Pnad Contínua).

Ademais, no **gráfico 3** apresentamos a taxa composta da subutilização da força de trabalho. Esses números apontam o percentual de cearenses que desejavam estar inseridos no mercado de trabalho que expõe quantidade insuficiente de trabalho por falta de ofertas ou por insuficiência de horas trabalhadas. Assim, indicam a necessidade não satisfeita de trabalho na

população. Neste grupo estão inseridas as pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e, por fim, presentes na força de trabalho potencial.

**Gráfico 3:** Taxa Composta da Subutilização da Força de Trabalho.



**Fonte:** Elaboração pelos autores com base nos dados do PNAD Contínua/IBGE e IPECE, 2023.

Por razões sazonais, é comum um leve aumento nos primeiros trimestres de cada ano. Em 2019, pode-se observar que o Ceará atingiu a mínima de 28,1%, redução considerável entres os três trimestres anteriores. Ao analisarmos este dado com o número de desemprego no mesmo período (**gráfico 2**), percebemos que as taxas de desocupação, bem como o nível de ocupação, estão nos melhores postos. Isso representa um mercado acessível e possível para uma grande parcela da população cearense. Assim, defendemos que o ano de 2019 vivenciou um importante processo no tocante ao mercado de trabalho, que reduziu a taxa de desocupação e subutilização da força de trabalho e ampliou a taxa de participação e nível de ocupação.

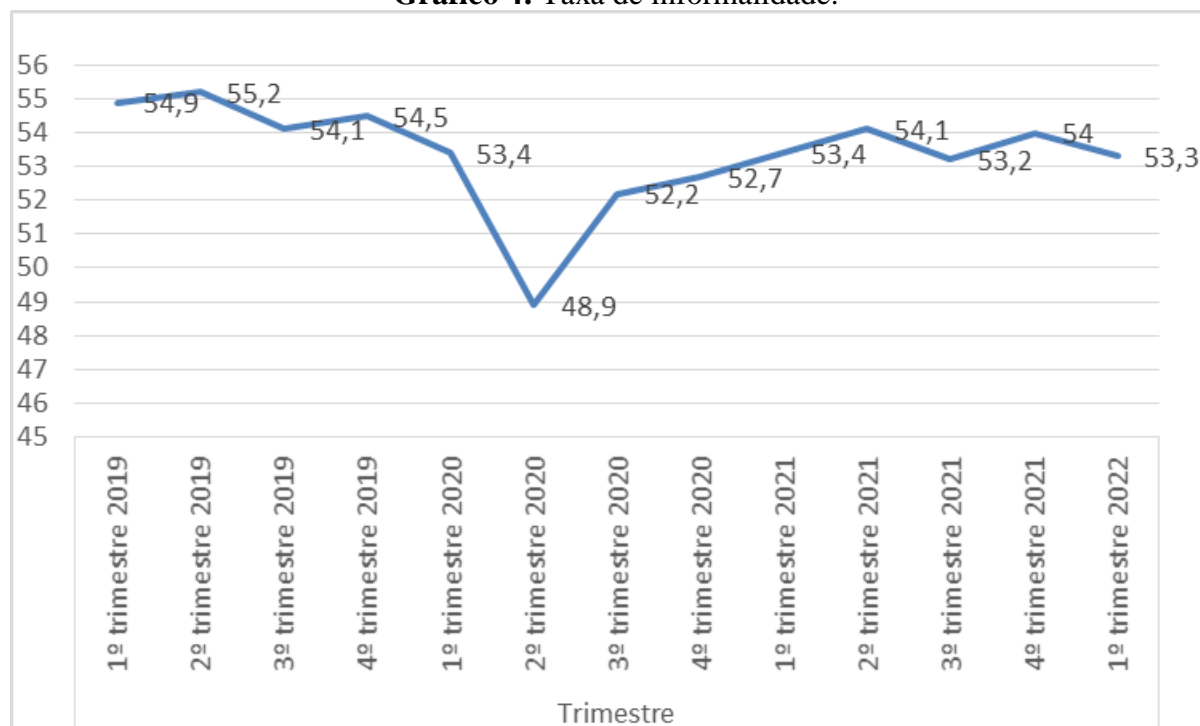
Apesar dessas conquistas econômicas, o início de 2020 apresentou o crescimento de 2,2 pontos percentuais, o que pode ser entendido pelo fato de todos os primeiros trimestres o mercado sofrer com efeitos sazonais. Apesar disso, é do conhecimento geral que a crise sanitária ampliou os números ao evidenciar um mercado de trabalho de difícil acesso para os que necessitavam de uma vaga no setor trabalhista.

Independente desta realidade, a partir do segundo trimestre de 2021 os dados indicaram constantes quedas, o que representa uma leve melhoria nos setores trabalhistas. Essas

alterações foram causadas pelo investimento público direcionado para a ampliação e recuperação do mercado, com criações de novos postos trabalhistas. Um dado importante neste sentido é que, apesar dos primeiros trimestres apresentarem constantes crescimentos, o primeiro trimestre de 2022 seguiu em queda, o que representa altas expectativas e bons índices da taxa de subutilização da força de trabalho.

Um outro ponto a ser analisado é a taxa de informalidade. Esse número representa dois caminhos distintos que, em ambos os casos, apresentam efeitos negativos por distanciar os sujeitos de seus direitos enquanto trabalhadores. Neste grupo estão inseridos: 1) empregados sem carteira assinada em setores privados; 2) trabalhadores (as) autônomos (as) que não possuem CNPJ; 3) empregadores (as) sem CNPJ; 4) trabalhadores (as) domésticos (as); e, por fim, 5) auxiliares em atividades autônomas familiares.

**Gráfico 4:** Taxa de informalidade.



**Fonte:** IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral, 2023.

Esses índices apresentam uma preocupação na garantia de direitos trabalhistas que não abrangem os trabalhadores informais. Essa situação pode ser considerada um sinal de alerta, uma vez que representa as condições precárias de serviço e a falta de cobertura previdenciária (MESQUITA, 2022). Lamentavelmente, estes dados expõem as necessidades reais do trabalhador brasileiro diante da ausência de postos trabalhistas formais.

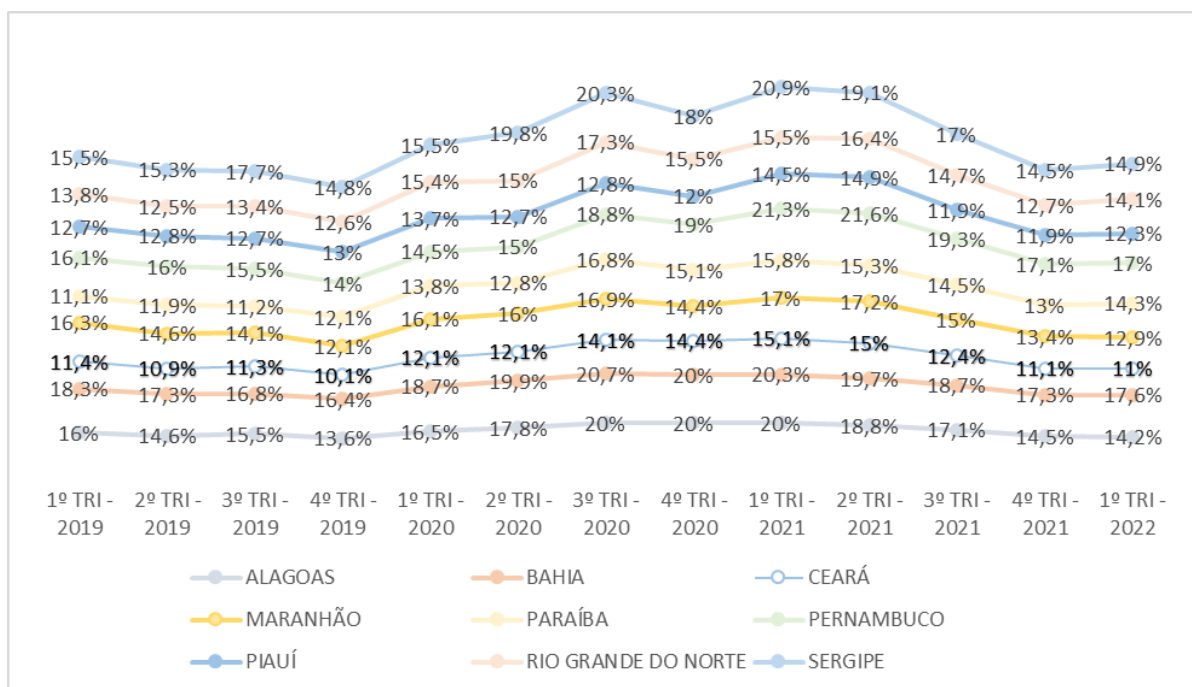
Ao centrarmos nos dados, observa-se uma alta proporção da informalidade no Estado cearense no ano de 2019. Corroboramos com Rocha (2022) a tese que a Reforma Trabalhista proposta durante o governo do ex-presidente Michel Temer contribuiu com a elevação da informalidade, possibilitando maiores regalias empresariais e a diminuição dos direitos trabalhistas. De fato, ao analisar as propostas empreendidas pela Reforma, vê-se em amplo grau que os benefícios do desenvolvimento empregatício não evoluíram e que, com efeito, os trabalhadores passaram a reduzir suas evoluções de direito.

Após a queda brusca no segundo trimestre de 2020, pois de acordo com o IPECE (2022) a maior parte das atividades informais entraram em isolamento social, os dados apresentam aumentos que, apesar de consecutivos, não ultrapassam, em geral, os mesmos índices de 2019. Isso mostra que o mercado de trabalho no Ceará apresentou, sim, uma evolução de oportunidades trabalhistas.

Em outras palavras, nos 13 trimestres compreendidos entre 2019 e 2022 as taxas pós-pandemia só não foram inferiores ao ano de 2019 em um trimestre 2021. Ou seja, no segundo trimestre de 2021, os índices foram similares aos do terceiro trimestre de 2019, o que representa a ideia de que durante a crise da pandemia o Ceará reduziu a taxa de informalidade, apesar de ainda apresentar indicadores altos e preocupantes.

Apresentados tais elementos, acreditamos ser relevante discutirmos sobre o desempenho do Ceará diante dos 9 estados que compõem a Região Nordeste. Esses devidos estados, como dito anteriormente, fazem parte do Consórcio Nordeste, e, ao contrariarem o Governo Federal, optaram por seguirem as ações de medidas contra a COVID-19 de acordo com os pareceres técnicos elaborados pelo Comitê Científico. Obviamente, esse acontecimento não necessariamente faz com que cada estado nordestino tenha os mesmos avanços diante da crise, uma vez que os principais pontos de desenvolvimento estão centrados no seio histórico de cada região, suas economias pré-pandemia e unicidades de acordo com espaços geográficos. Assim, leiamos o **gráfico 5** a seguir,

**Gráfico 5:** Taxa de Desocupação nos Estados da Região Nordeste.



Fonte: Elaboração pelos autores com base nos dados do PNAD Contínua/IBGE, 2023.

Os dados oficiais retirados do PNAD Contínua/IBGE nos apresentam posições importantes do Estado do Ceará e seu desempenho diante dos outros estados nordestinos no tocante a taxa de desocupação. Esses valores colaboram na reflexão dos indicativos de pessoas que estão na força de trabalho, mas no momento das pesquisas estavam desempregadas.

Ao se deparar com o ano de 2019, pode-se perceber que o Estado do Ceará esteve na segunda posição de menores taxas de desocupação do Nordeste durante o primeiro e terceiro trimestre, com 11,4% e 11,3% respectivamente. Entretanto, ao decorrer do segundo e quarto trimestres o Estado obteve os menores índices de desocupados, alcançando as porcentagens de 10,9% e 10,1%, respectivamente. Assim, durante o ano de 2019, o Ceará conseguiu se estabilizar no desemprego variando entre primeiro ou segundo estado com as menores taxas.

Essa variação de ordens é seguida até o primeiro trimestre de 2022, período em que se encerra o mandato do ex-governador Camilo Santana. Entretanto, do primeiro trimestre de 2020 ao terceiro trimestre de 2021, o Estado passou a elevar consideravelmente os números de desocupados, mesmo apresentando as menores taxas em comparação com os demais estados. Apesar de tal fato, gerado principalmente pelas ações de enfrentamento à COVID-19, nos dois primeiros trimestres de 2020 o Ceará chegou às porcentagens apresentadas em anos anteriores por outros estados, 12,1%, enquanto os demais estiveram superiores a 13%.

Com isso, pode-se deduzir que, apesar dos impactos negativos da COVID-19, o Estado manteve-se em uma posição favorável, oportunizando medidas que freassem as possíveis



demissões e continuassem com o mercado em pleno funcionamento. Os momentos mais graves ocorreram entre o terceiro trimestre de 2020 e o segundo trimestre de 2021, em que o estado alcançou marcas históricas de 14,1%, 14,4%, 15,1% e 15%, como observado no gráfico apresentado.

A partir do terceiro trimestre de 2021, as taxas de desocupação se inclinaram ao ponto de finalizar o mandato de Santana com o total de 11% de cearenses desocupados. É válido destacar que, mesmo com a crise da COVID-19, o Ceará se destacou no combate à desocupação, apresentando índices próximos do período pré-pandemia, em que o estado chegou a variar entre 10,1% e 11,4% no ano de 2019.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Buscamos apresentar neste artigo os indicadores do mercado de trabalho cearense no que se refere ao último mandato do ex-governador Camilo Santana. Após sair de uma crise econômica iniciada no ano de 2014, o Ceará conseguiu superar os desafios impostos no plano econômico e desenvolveu um mercado de trabalho mais amplo. Para isso, investiu em melhorias de infraestrutura e ampliou as qualidades de vida dos cearenses.

Com o aprimoramento dos direitos cearenses, como educação e saúde de qualidade, o Estado conseguiu atrair importantes investimentos que fizeram o poder econômico se encaminhar na recuperação do mercado de trabalho. Entretanto, com a chegada da COVID-19, o Ceará voltou a enfrentar novas crises, principalmente com a elevação da taxa de desempregados, que após o período de isolamento social, voltou a subir de forma considerável.

Embora o Estado apresenta bons indicadores, as dificuldades ainda persistem em uma parcela significativa da população que segue desempregada. Mesmo assim, com a criação de programas sociais importantes para sobrevivência dos cearenses, o Ceará conseguiu diminuir um impacto mais brutal na esfera econômica.

A crise atual gerada pelo novo coronavírus escancarou as mazelas da sociedade brasileira, mas apesar de tal ocorrido, destaca-se que uma economia baseada no produto interno do estado e na melhoria da qualidade de vida de sua população são os caminhos fundamentais para a recuperação e crescimento econômico. É nesse sentido que o devido Estado conseguiu distribuir mais rendas e estabilizar o mercado de trabalho cearense. Por fim, conclui-se que apesar dos desafios impostos ao decorrer da gestão pública, Camilo Santana, juntamente com sua equipe técnica e científica, conseguiu preparar um Ceará mais forte e capaz de grandes recuperações e avanços.

## Referências

BRASIL, Ministério Da Saúde. **Brasil confirma primeiro caso da doença**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BARBOSA FILHO, F. de H. A crise econômica de 2014/2017. **Estudos Avançados**, 31(89), 51-60. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/132416>> Acesso em: 31 jan. 2023.

**Camilo (PT) é reeleito no 1º turno para governar o Ceará**. Justiça Eleitoral. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Outubro/camilo-pt-e-reeleito-no-1o-turno-para-governar-o-ceara>>. Acesso em: 25 jan. 2023.

**Ceará encerra 2021 com aumento de 15% no saldo de empresas abertas**. Junta Comercial do Estado do Ceará. Disponível em: <<https://www.juceec.ce.gov.br/2022/01/05/ceara-encerra-2021-com-aumento-de-15-no-saldo-de-empresas-abertas/>>. Acesso em: 30 jan. 2023.

**Ceará gera 81,4 mil empregos formais em 2021**. Governo do Estado do Ceará. Disponível em: <<https://www.ceara.gov.br/2022/03/15/ceara-gera-814-mil-empregos-formais-em-2021/>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

**Ceará registra mais de 82 mil empresas e tem saldo de crescimento de 18%**. Governo do Estado do Ceará. Disponível em: <<https://www.ceara.gov.br/2020/12/16/ceara-registra-mais-de-82-mil-empresas-e-tem-saldo-de-crescimento-de-18/>>. Acesso em: 28 jan. 2023.

CEARÁ, Controladoria Geral do Estado do. **Ceará Transparente**. Ceará Transparente. Disponível em: <<http://ceartransparente.ce.gov.br/portal-da-transparencia/paginas/o-estado-do-ceara>>. Acesso em: 2 fev. 2023.

**Decretos do Governo do Ceará com ações contra o coronavírus**. Governo do Estado do Ceará. Disponível em: <<https://www.ceara.gov.br/decretos-do-governo-do-ceara-com-acoes-contra-o-coronavirus/>>. Acesso em: 1 fev. 2023.

**Economia cearense cai menos que a nacional em 2020; PIB deve crescer 3,55% neste ano**. Secretaria do Planejamento e Gestão. Disponível em: <<https://www.seplag.ce.gov.br/2021/03/23/economia-cearense-cai-menos-que-a-nacional-em-2020-e-estimativa-do-pib-para-este-ano-e-de-crescimento-de-355/>>. Acesso em: 27 jan. 2023.

**Economia cearense reage ao coronavírus e PIB cresce 16,7% no terceiro trimestre de 2020**. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Disponível em: <<https://www.ipece.ce.gov.br/2020/12/17/economia-cearense-reage-ao-coronavirus-e-pib-cresce-167-no-terceiro-trimestre-de-2020/>>. Acesso em: 19 jan. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD – Contínua**, 2022, 2021, 2020, 2019. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 02 jan. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Enfoque econômico N° 213**: expectativas para o crescimento da economia cearense em 2020. Fortaleza, 2020. Disponível em: <<https://www.ipece.ce.gov.br/wp->

content/uploads/sites/45/2020/01/EnfoqueEconomicoN213\_27\_01\_2020.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Termômetro do mercado de trabalho:** 1º trimestre de 2019. Fortaleza, 2019. Disponível em: <[https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/05/Termometro\\_do\\_Trabalho\\_1trim\\_2019\\_07.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/05/Termometro_do_Trabalho_1trim_2019_07.pdf)>. Acesso em: 3 jan. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Termômetro do mercado de trabalho:** 2º trimestre de 2019. Fortaleza, 2019. Disponível em: <[https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/08/Termometro\\_do\\_Trabalho\\_2trim\\_2019\\_08.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/08/Termometro_do_Trabalho_2trim_2019_08.pdf)>. Acesso em: 5 jan. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Termômetro do mercado de trabalho:** 3º trimestre de 2019. Fortaleza, 2019. Disponível em: <[https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/11/Termometro\\_do\\_Trabalho\\_3trim\\_2019\\_09.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/11/Termometro_do_Trabalho_3trim_2019_09.pdf)>. Acesso em: 5 jan. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Termômetro do mercado de trabalho:** 1º trimestre de 2019. Fortaleza, 2019. Disponível em: <[https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2020/02/Termometro\\_do\\_Trabalho\\_4trim\\_2020\\_10.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2020/02/Termometro_do_Trabalho_4trim_2020_10.pdf)>. Acesso em: 5 jan. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Termômetro do mercado de trabalho:** 1º trimestre de 2020. Fortaleza, 2020. Disponível em: <[https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2020/05/Termometro\\_do\\_Trabalho\\_1trim\\_2020\\_11.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2020/05/Termometro_do_Trabalho_1trim_2020_11.pdf)>. Acesso em: 6 jan. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Termômetro do mercado de trabalho:** 2º trimestre de 2020. Fortaleza, 2020. Disponível em: <[https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2020/09/Termometro\\_do\\_Trabalho\\_2trim\\_2020\\_12.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2020/09/Termometro_do_Trabalho_2trim_2020_12.pdf)>. Acesso em: 6 jan. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Termômetro do mercado de trabalho:** 3º trimestre de 2020. Fortaleza, 2020. Disponível em: <[https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2020/12/Termometro\\_do\\_Trabalho\\_2trim\\_2020\\_13.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2020/12/Termometro_do_Trabalho_2trim_2020_13.pdf)>. Acesso em: 6 jan. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Termômetro do mercado de trabalho:** 4º trimestre de 2020. Fortaleza, 2020. Disponível em: <[https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2021/03/Termometro\\_do\\_Trabalho\\_4trim\\_2020\\_14.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2021/03/Termometro_do_Trabalho_4trim_2020_14.pdf)>. Acesso em: 6 jan. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Termômetro do mercado de trabalho:** 1º trimestre de 2021. Fortaleza, 2021. Disponível em: <[https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2021/05/Termometro\\_do\\_Trabalho\\_1trim\\_2021\\_15.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2021/05/Termometro_do_Trabalho_1trim_2021_15.pdf)>. Acesso em: 8 jan. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Termômetro do mercado de trabalho:** 2º trimestre de 2021. Fortaleza, 2021. Disponível em: <[https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2021/12/Termometro\\_do\\_Trabalho\\_2trim\\_2021\\_16.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2021/12/Termometro_do_Trabalho_2trim_2021_16.pdf)>. Acesso em: 8 jan. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Termômetro do mercado de trabalho:** 3º trimestre de 2021. Fortaleza, 2021. Disponível em: <[https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2021/12/Termometro\\_do\\_Trabalho\\_3trim\\_2021\\_17.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2021/12/Termometro_do_Trabalho_3trim_2021_17.pdf)>. Acesso em: 8 jan. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Termômetro do mercado de trabalho:** 4º trimestre de 2021. Fortaleza, 2021. Disponível em: <[https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2022/03/Termometro\\_do\\_Trabalho\\_4trim\\_2021\\_18.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2022/03/Termometro_do_Trabalho_4trim_2021_18.pdf)>. Acesso em: 8 jan. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Termômetro do mercado de trabalho:** 1º trimestre de 2022. Fortaleza, 2022. Disponível em: <[https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2022/05/Termometro\\_do\\_Trabalho\\_1trim\\_2022\\_19.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2022/05/Termometro_do_Trabalho_1trim_2022_19.pdf)>. Acesso em: 9 jan. 2022.

Leite, Gabriela. Covid: o nordeste é o que o Brasil poderia ter sido. **Outra Saúde**, 2022. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasaude/covid-o-nordeste-e-o-que-o-brasil-poderia-ter-sido/>>. Acesso em: 20 de dez. 2022.

LIMA, R. S. **Comportamento do mercado de trabalho cearense na crise da Covid-19 vis às vis a crise econômica de 2015-2016:** uma análise das diferenças e similaridades. 2021. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

**Mais de 110 mil empresas são abertas no Ceará em 2021; veja resultado por setor - Negócios.** Diário do Nordeste. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/mais-de-110-mil-empresas-sao-abertas-no-ceara-em-2021-veja-resultado-por-setor-1.3177495>>. Acesso em: 2 fev. 2023.

MESQUITA, Carolina. **Taxa de desocupação cai, mas informalidade atinge quase 2 milhões de cearenses.** Diário do Nordeste, 26 fev. 2022. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/taxa-de-desocupacao-cai-mas-informalidade-atinge-quase-2-milhoes-de-cearenses-1.3197387>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

NETO, N. T. et.al. A economia do Ceará: uma análise setorial no período 2002-2018. **BNB - Banco do Nordeste do Brasil: BNB Conjuntura Econômica**. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/handle/123456789/1321>>. Acesso em: 26 jan. 2023.

ROCHA, Rosely. Reforma trabalhista aumenta informalidade e acaba com sono da aposentadoria. **Central única dos trabalhadores**, 22 set. 2022. Disponível em: <[https://www.cut.org.br/noticias/reforma-trabalhista-aumenta-informalidade-e-acaba-com-o-sonho-da-aposentadoria-d65d#:~:text=A%20reforma%20Trabalhista%20aumentou%20a,\(INSS\)%2C%20concluiu%20Dessi](https://www.cut.org.br/noticias/reforma-trabalhista-aumenta-informalidade-e-acaba-com-o-sonho-da-aposentadoria-d65d#:~:text=A%20reforma%20Trabalhista%20aumentou%20a,(INSS)%2C%20concluiu%20Dessi)>. Acesso em: 25 jan. 2023.